

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**O Movimento Estudantil Brasileiro durante
o Regime Militar (1968 – 1970)**



Sueli Paulino de Oliveira

2002 .1

Sueli Paulino de Oliveira



**O Movimento Estudantil Brasileiro durante
o Regime Militar (1968 – 1970)**

*Monografia apresentada à disciplina de
Pesquisa Histórica II, ministrada pela
Professora Denise Matos Monteiro, do Curso
de História da Universidade Federal do Rio
Grande do Norte, sob a orientação da
Professora Maria Ferdinanda S. S. Cruz.*

Natal, agosto de 2002

**“Só há sentido na vida com luta!
O triunfo ou a derrota está nas mãos dos
deuses...
Então, celebremos a luta!”**

Swahili Warrior Song

A minha família e aos meus amigos

Agradecimentos

Aos meus pais, verdadeiros responsáveis pela minha formação.

Aos meus professores, em especial, a Professora Maria Ferdinanda e a Professora Aurinete.

Ao meu esposo, Francisco Canindé, pelo incentivo.

A minha amiga Ana Catarina, pela sua ajuda neste trabalho.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 6 |
| 1 – A REBELIÃO ESTUDANTIL NA EUROPA | 8 |
| 1.1. – Paris 1968: Uma Internacional Estudantil | 8 |
| 1.2. – A Primavera de maio | 11 |
| 2 – FRAGMENTOS DA HISTÓRIA DO BRASIL (1961 – 1964) | 14 |
| 2.1. – O Governo de João Goulart: O Nacionalismo Reformista | 14 |
| 2.2. – O Movimento Estudantil na Conjuntura Política e Social do Brasil pós 64.. | 19 |
| 2.3. – 1968: A Radicalização e o AI – 5 | 22 |
| 2.4. – A Decretação do AI-5 em 1968 e o Início da Luta Armada..... | 25 |
| 3 – O FORTELECIMENTO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO NO RIO GRANDE DO NORTE (1960 – 1964) | 28 |
| 3.1. – Aspectos Conjunturais | 28 |
| 3.2. – A Crise Estudantil e os Mecanismos de Contenção do Movimento Estudantil (1965 – 1970)..... | 31 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 35 |
| BIBLIOGRAFIA | 37 |

INTRODUÇÃO

Com a vitória do movimento militar, que tinha verdadeira obsessão pela ordem, o Comando Supremo da Revolução (assim ele se auto definiu) editou o Ato Institucional Nº1, que suspendeu as garantias constitucionais e estabeleceu um prazo de sessenta dias durante os quais poderia cassar os mandatos e suspender direitos políticos. Essas medidas visavam a atingir, principalmente, as lideranças reformistas e, dentre elas, os estudantes que eram acusados de subversão da ordem.

Tão logo se concretizou o golpe militar, em novembro de 1964, o governo do Presidente Castelo Branco fez aprovar uma lei que ficou conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, nome do Ministro da Educação, que reorganizava as entidades estudantis, proibindo-as de desenvolverem atividades políticas. Os estudantes reagiram negando-se a participar das novas entidades oficiais e realizando manifestações públicas (passeatas), que se tornaram cada vez mais freqüentes e concorridas. Ao mesmo tempo, o Movimento Estudantil procurou assegurar a existência das suas entidades legítimas, agora na clandestinidade.

Em 1968 – ano marcado mundialmente pela ação política estudantil – o Movimento Estudantil cresceu em resposta não só à repressão, mas também em virtude da política educacional do governo, que já revelava a tendência que iria se acentuar cada vez mais no sentido da privatização da educação.

O presente trabalho tem por objetivo resgatar a recente história da participação política do Movimento Estudantil de 1968 a 1970, procurando compreender o significado político das lutas estudantis neste contexto.

2. Analisar o Movimento Estudantil de nosso País tem sido para muitos estudiosos e pesquisadores, quase sempre, um fenômeno de importância secundária. Dai a ausência, praticamente total, de estudos e trabalhos sobre o tema. Entretanto, esta pesquisa procurou suporte teórico na obra de POERNER¹, que se constitui em uma leitura indispensável para compreender o tema, visto que, a lacuna se torna mais evidente quando comparada com a abundância de pesquisas sobre outros tipos de movimentos sociais e políticos. Para melhor relatar a forte ebulição do Movimento Estudantil no ano de 1968, conhecido como *o maio francês* – revolta estudantil que se iniciou em vinte e dois de março na Universidade de Nanterre, protestando, originalmente, contra a reforma universitária pretendida pelo governo e a prisão de um estudante do Comitê Vietnã e que se converteu em protesto

¹ POERNER, Artur José. *O poder jovem*, p. 313.

global contra a sociedade, envolvendo intelectuais e operários – utilizou-se como referência à obra de MATOS², que retrata como Paris se transformou em um cenário de guerra civil, influenciando, assim, o ano de 1968 num período de forte contestação estudantil contra a Guerra do Vietnã.

É de fundamental importância o resgate da memória do Movimento Estudantil, legando aos estudantes de hoje o conhecimento dessa singular história construída pela categoria na década de sessenta. O período estudado compreende os anos de 1968 a 1970, conhecido em nossa história como “anos de chumbo”, posto que após vários acontecimentos que culminaram com o fracasso do processo de liberalização do país, os estudantes resolveram partir para o início da luta armada. Esta decisão custou caro à sociedade brasileira: significou o extermínio dos melhores quadros da sua juventude; por outro lado a ditadura foi reforçada, já que algumas ações, revestidas de cunho terroristas, praticadas por organizações de esquerda, encobriram o terror do Estado e justificaram as ações repressivas da ditadura, que passavam a ser vistas como formas necessárias de combate ao terrorismo de esquerda. A partir desse ponto, procuramos buscar que lutas foram travadas pelo Movimento Estudantil

²MATOS, Olgaia C. F. *Paris 1968*, p. 95.

1 – A REBELIÃO ESTUDANTIL NA EUROPA

1.1 – Paris 1968: Uma Internacional Estudantil

O movimento estudantil de 1968 inscreveu-se no horizonte das esperanças revolucionárias, embora se exercesse fora do campo do marxismo militante e de suas estratégias de poder. Viveu em meio à recusa, mais ou menos implícita, da política tradicional. Desde o início o movimento não teve dirigentes, hierarquia, disciplina partidária ou outra qualquer. Os jovens estudantes praticaram a espontaneidade consciente e criadora: não foi uma luta pelo poder ou contra ele, foi uma crítica ao mundo burocratizado e desencantado.¹ Com isso os estudantes secundaristas e universitários não estavam procurando inventar um mundo ou uma política nova. Simplesmente, se perguntavam como se poderia tornar o mundo mais vivível, menos insensato. Nos seus atos, os estudantes deixaram transparecer uma forte repulsa pela política tradicional, erguendo-se contra a sociedade liberal e democrática; contra o conjunto de sua organização.²

Os movimentos que se seguiram na França, em maio de 1968, mostram que, nos últimos vinte anos, a Universidade é sintoma de uma profunda ruptura entre a aquisição de conhecimentos tanto universitários quanto profissionais, e a utilidade social dos indivíduos, pois, na verdade, como poderia a Universidade preparar eficazmente indivíduos para uma profissão quando é conhecido o fato de que esta será rapidamente ultrapassada pela vertiginosa transformação das tecnologias e a absoliscência do modo de produção pós-industrial?

Os acontecimentos de maio de 1968 surpreenderam uma sociedade que se acreditava ao abrigo das convulsões revolucionárias. Apesar de um certo grau de desemprego, a economia francesa não se encontrava em uma situação de crise e participa da completa realização do Mercado Comum industrial em condições que estão longe de serem catastróficas.³ Se é verdade que milhares de estudantes e trabalhadores se encontram diante de graves problemas de emprego, estes se devem, antes de tudo, a uma má adaptação social de sua formação profissional.

[...] os estudantes perceberam que a formação técnica que lhes é oferecida só permitirá a um número reduzido alcançar funções de

¹ MATOS, Olgaia C. F. *Paris 1968*, p. 21.

² *Ibid.*, p. 49.

³ HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*, p. 312.

*responsabilidades que requeriram iniciativas, que a maior parte dos postos que disputarão pedem uma qualificação muito inferior àquela que recebem na Universidade, e, finalmente, que muitos não escaparão do desemprego.*⁴

Apesar deste mal-estar difuso no meio estudantil, a sociedade francesa não atravessava nenhuma crise econômica, política ou militar. Aqueles que em maio de 1968 se revoltavam estavam recusando muito mais uma certa forma de existência do que a impossibilidade material de subsistir nesta sociedade. Jacques Baynac, citado por BRANDÃO, afirma: “*contrariamente a todas as revoltas passadas, maio de 1968 não foi provocado pela penúria, mas pela abundância*”.⁵

O maio parisiense não foi um fenômeno isolado. Esses acontecimentos se estendem à Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica, Espanha, Polônia, EUA, Japão, Brasil, etc. Em todos esses países, os jovens se manifestam denunciando a Guerra do Vietnã; forjam um movimento pacifista de deserção e desobediência civil, valorizando os problemas pessoais, tidos até então como secundários. Os jovens que fizeram o movimento hippie aparecem com um novo comportamento social: os cabelos crescidos, a promiscuidade, a sujeira, simbolizando a sensualidade, paz como arma para combater a violência. O sentido da contracultura era representado pelas drogas, pelo amor livre, pela expressão artística, tudo isso em detrimento do discurso político. Esses novos símbolos e formas ganhavam espaço.⁶

As imagens que ficaram da Primavera de maio, greves nas escolas, distribuição de panfletos, proclamações, assembléias, passeatas silenciosas ou turbulentas, ocupação de auditórios ou de salas de aula, queima de jornais, testemunham agrupamentos mais que entusiastas. Os estudantes questionam a política de esquerda e de direita; defendem a imaginação no poder; deflagram um movimento muito mais provocado pela recusa às formas de existência social do que pela impossibilidade material de subsistir. As manifestações mostraram um cenário de guerra civil, palco de declarações políticas; as palavras de ordem expressando a negação de qualquer tipo de poder.

Vejamos como MATOS observa esse movimento:

Não é por acaso que a Ciência é questionada, tal como se lê em um panfleto distribuído em Paris em maio de 1968: ‘Recusemos

⁴ MATOS, Olgaia C. F. Op. cit., p. 21.

⁵ BRANDÃO, Antônio Carlos. *Movimentos culturais da juventude*, p. 120.

⁶ MATOS. Op. cit., p. 34

também a divisão da ciência e da ideologia, a mais perniciosa de todas, posto que é secretada por nós mesmos. Não queremos mais ser governados passivamente pelas leis da ciência com também pelas da economia ou os imperativos da técnica. Recusamos o imperialismo mistificante da ciência, canção de todos os abusos e recuos (...) para substituí-la pela escolha real entre os possíveis que ela nos oferece'. Quer dizer: para que a ciência e a técnica sejam liberadas, é preciso que se modifiquem sua orientação e seus objetivos atuais de produção dos meios de destruição sociais. O maio francês pôs por terra a crença na idéia do progresso: se a Ciência e a técnica estão a serviço do Poder.⁷

Por motivos distintos, os estudantes foram às ruas no ano de 1968. Criaram um movimento de dimensão cultural que adquire visibilidade no interior de cada país, e que repercute fora dele. Em determinados países, os estudantes se mobilizam para questionar o imaginário do mundo capitalista, em outros, vão às ruas para questionar o imaginário do mundo socialista:

a oposição aceita a estrutura socialista da sociedade, mas levanta-se contra regimes repressivos e autoritários que repousam sobre a burocratização do Estado e do Partido; já nos países capitalistas, a oposição profunda é de tipo anticapitalista: socialista ou anarquista.⁸

Na verdade, a certeza que se apresentava para eles era a sua condição de existência. Esses movimentos surgiram fora da direção de qualquer força política, embora tenham vivido com todas elas.



⁷ MATOS, Op. cit., p. 24.

⁸ Ibid., p.27.

1.2 - A Primavera de maio

O desencadeamento na Europa, principalmente na França, da rebelião estudantil, chegou a abalar alicerces governamentais. Tendo nas mãos as obras do filósofo alemão Marcuse⁹, os estudantes europeus – trotsquistas, maoístas, anarquistas e todos os outros matizes políticos que se possa imaginar – uniram-se numa unânime condenação do “sistema”.¹⁰

As revoltas que tomaram conta de Paris em 68 têm uma tarefa primordial: “abrir brecha”. Quando os estudantes foram jogados na rua pela repressão policial que se abateu sobre a Sorbonne no dia vinte e dois de março, eles não hesitaram em descalçar a rua. Diz um grafite: “*mude a vida, em baixo do calçamento está a praia.*”¹¹ Atos como estes mostram a grande força transformadora do movimento; a idéia nova da primeira revolta potente contra o conjunto da sociedade existente, desta revolta que visava a uma transmutação radical dos valores, uma transformação qualitativa do modo de vida.

O dia vinte e dois de março de 1968 marca o início da revolta, o dia e a noite em que os estudantes ocuparam o prédio da administração da Universidade de Nanterre para protestar contra a prisão de um estudante que pertencia ao Comitê Vietnã (comitê de luta contra a guerra do Vietnã). De Nanterre a movimentação passa para a Sorbonne em virtude de um início de incêndio na sede da União Nacional dos Estudantes Franceses. O Reitor da Sorbonne recorre à polícia, que acaba prendendo inúmeros estudantes e, fato decisivo, a polícia ocupa a Sorbonne. Em represália ao ato:

*os estudantes imediatamente saem em manifestação de protesto; em todo o Quartier Latin os confrontos entre universitários, colegiais, transeuntes e policiais serão extremamente violentos: carros tombados, incêndios de caixotes, granadas de gás lacrimogêneo, espancamentos.*¹²

⁹ MARCUSE, Herbert. *Ideologia da Sociedade Industrial*, p. 107.

¹⁰ Os trotskistas se vêem como tributários de Trotski e Lênin. Trotski, em oposição a Stalin e seus adeptos, funda em 1938 a VI Internacional. Após seu assassinato no México em 1940, por um agente da G.P.V., suas idéias perduraram. Na França, três grupos se reclamavam de seu pensamento: *Voix Ouvrière* (Voz Operária), *Revoltas* (Revoltas) e *Jeunesse Communistes Revolutionnaire* (Juventude Comunista Revolucionária). Os anarquistas se voltam contra todo tipo de organização por demais rigorosa e disciplinada; formam, no entanto, grupos estáveis. Os maoístas pensam que os ensinamentos de Mao são o marxismo-leninismo de nossa época, ao mesmo tempo em que reivindicam para si a herança de Marx, Engels, Lênin e Stalin. Em 1968 havia dois grupos maoístas: *Partido Comunista Marxista-Leninista da França* e *União das Juventudes Comunista Marxista-Leninistas*. (ALENCAR, Chico; CARPI, Lúcia; RIBEIRO, Marcus V. *História da Sociedade Brasileira*, p. 356).

¹¹ MATOS, Olga C. F. Op. cit., p. 61.

¹² *Ibid.*, p. 58.

Como estudantes continuam presos, a solidariedade se intensifica. No dia dez de maio, 15000 estudantes se manifestam e passam pela prisão da Santé, de cujas celas os prisioneiros se solidarizam com os manifestantes que gritam: "*liberdade, liberdade*".¹³ A meio caminho, os manifestantes recebem a notícia de que todos os pontos do Quartier Latin estão fechados pela polícia. Começa a nascer a idéia de ocupar o Bairro Latino. Levantam-se as primeiras barricadas. De início os estudantes não pretendem enfrentar as forças policiais. Mas, de madrugada, a polícia ataca os manifestantes. Uma batalha extremamente violenta de quatro horas tem lugar, com feridos graves. A França foi convulsionada socialmente. Protestos se fazem ouvir em todas as partes, o movimento estudantil ganha todo o país e o dia 13 de maio culmina com a ocupação de todas as faculdades e representa uma verdadeira mutação no movimento; os sindicatos organizam uma manifestação de solidariedade com os estudantes, marcam uma greve geral de vinte e quatro horas. Mas, a situação se agrava: "*os estudantes são cada vez mais perseguidos pelos inquéritos policiais e o número de feridos aumenta*".¹⁴

Nos dias que se seguirão, as greves espontâneas começam a ocorrer por toda a França e se espalham rapidamente. O movimento mostra sua natureza: a solidariedade permanente entre estudantes e operários franceses e estrangeiros.

As manifestações que partem da Sorbonne até as principais usinas da França, iriam transportar tudo para o terreno das reivindicações salariais. HOBBSAWN chama a atenção para o fato de que permaneceram dois pólos no movimento de maio:

*de um lado o movimento 22 de março, o da inteligência estudantil que contestava a civilização do bem-estar e do consumo, mas por tê-la vivido parcialmente, e de outro, a massa assalariada que gostaria, antes de tê-la ultrapassado, de entrar nesta civilização.*¹⁵

Nos dias quinze e vinte e sete de maio, em meio à greve geral e à ocupação das fábricas, as direções sindicais, pegas de surpresa, tentam recuperar o tempo para tomar o controle do movimento e concluir o chamado "*acordo de Grenelle*".¹⁶ A classe operária estava reivindicando salários, redução do ritmo e do tempo de trabalho para uma semana de quarenta horas que havia sido conquistada em 1936 e em seguida perdida; participação

¹³ Ibid., p. 60.

¹⁴ Ibid., p. 73.

¹⁵ HOBBSAWN, Eric. Op. cit., p. 325.

¹⁶ Tratava-se de um acordo entre o governo e o patronato de um lado, os operários do outro.

ativa na Gestão da previdência social, extensão dos poderes dos comitês de empresa, planificação democrática.

A partir de trinta e um de maio, as camadas dominantes se reorganizam, o general De Gaulle dissolve a Assembléia e ameaça os grevistas e estudantes, denuncia o perigo comunista e afirma manter-se no poder. Aos poucos a policia empreende a recuperação dos locais de trabalho e das Universidades. Recomeçam os entendimentos para os acordos de Grenelle. A primeira medida é deixar de lado as questões que possam ser centro de desacordo.

Aos poucos, os últimos núcleos de resistência vão cedendo até o dia vinte e um de junho. A direita se reorganiza e se manifesta, com os deputados gaulistas no Arco do Triunfo. As últimas manifestações têm como saldo a morte de mais dois operários em Sochaux e de um estudante, Tautin, cujo funeral vai representar o último fôlego do movimento.

2 - FRAGMENTOS DA HISTÓRIA DO BRASIL (1961 –1964)

2.1 – O Governo de João Goulart: O Nacionalismo Reformista

De acordo com a Constituição vigente no país e com a renúncia de Jânio Quadros, a Presidência da República devia ser ocupada pelo Vice-Presidente eleito, João Goulart (Jango). Este, porém, estava em visita oficial à China comunista, sendo a Presidência entregue a Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados.

A oposição se aproveitou da situação para tentar impedir a posse de João Goulart acusando-o de ser “perigoso comunista”. Planejavam prendê-lo assim que desembarcasse no aeroporto; contudo isso não ocorreu.¹⁷

O país se dividiu em duas forças antagônicas. De um lado os Ministros militares, os militares antinacionalistas, a UDN¹⁸, grandes empresários e os grandes jornais, que não aceitavam a posse do Vice-Presidente. Do outro, os setores legalistas e nacionalistas das forças armadas, o PTB¹⁹, os partidos de esquerda, os líderes sindicais, o movimento estudantil e o Governador Leonel Brizola, do Rio Grande do Sul, que queriam manter a legalidade constitucional.

O confronto entre esses dois grupos levaria o país a uma guerra civil. Para que isso não ocorresse, foi negociada uma solução: o Vice-Presidente assumiria o governo, todavia com poderes diminuídos, pois o Executivo passaria a ser atribuição de um gabinete, mas responsáveis perante a Câmara. João Goulart aceitou as condições impostas e tomou posse em 7 de setembro de 1961.²⁰

A emenda constitucional que estabeleceu o Parlamentarismo previa que esse sistema de governo deveria ser referendado por plebiscito. Em seu discurso de posse Jango prometeu realizá-lo. Acreditava que a maioria dos eleitores brasileiros recusaria o Parlamentarismo e restabeleceria o sistema presidencialista.

No governo vigente, os gabinetes parlamentaristas se sucediam rapidamente. Havia dificuldades econômicas, greves constantes, falta de gêneros alimentícios, inflação ascendente e descrédito externo. Em 1962, os problemas da balança de pagamentos e da

¹⁷ COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura*, p.31.

¹⁸ A UDN, União Democrática Nacional, foi criada pela oposição de centro-direita, liderada por profissionais liberais, empresários e políticos e apoiada na classe média. Reunia um conjunto amplo de posições anticomunistas, antinacionalistas e anti-Vargas.

¹⁹ O PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, liderado pelos componentes da burocracia sindical e criado durante o Estado Novo, foi apoiado pelos trabalhadores urbanos.

²⁰ BASBAUM, Leôncio. *História sincera da república*, p.120.

inflação se tornaram particularmente graves. Segundo BANDEIRA a situação era a seguinte:

A recessão se aprofundava. Em várias cidades ocorriam manifestações populares, saques a armazéns, supermercados e lojas, e até linchamento de comerciantes. Os nacionalistas e as forças de esquerda passaram a identificar a exploração imperialista como responsável pelas dificuldades econômicas do país e do povo. Achavam que o capital estrangeiro só entrava no país para implantar monopólios, auferir grandes lucros e remetê-los para o exterior.²¹

Depois de 1963, quando, devido ao plebiscito realizado a seis de janeiro, foi restaurado o presidencialismo, João Goulart deu mostra de se decidir por uma política econômica consoante com as necessidades internas e passou a formular um programa de Reformas de Base. Nesse conjunto, incluíam-se a reforma agrária, a reforma tributária, a reforma educacional, a reforma do sistema de financiamento habitacional e a limitação da remessa de lucros para o exterior.²²

As forças direitistas da UDN e parcela das forças militares intensificaram as conspirações para depor o governo. O Congresso, dominado pelo PSD e pela UDN, jamais aprovaria as reformas propostas por Goulart. Os setores mais esquerdistas que apoiavam o Presidente “aconselharam-no a apelar diretamente para o povo.”²³ Goulart aceitou a sugestão e fez uma série de comícios pelo país para aprovar as Reformas de Base.

O governo Goulart nasceu, viveu e morreu sob a ameaça de golpe militar. Os golpistas não apenas combatiam o que chamavam de esquerdismo na política interna do Presidente, como também criticavam sua política externa dos “três dês” – desenvolvimento, descolonização e desarmamento – que era uma continuação da política externa independente de Jânio.²⁴

Os conspiradores eram civis e militares atuantes desde o tempo de Getúlio. Os militares fundadores, formados ou professores da Escola Superior de Guerra, defendiam o alinhamento automático aos Estados Unidos e eram visceralmente anticomunistas. Entre os conspiradores civis estavam os governadores Adhemar de Barros (SP), Carlos Lacerda (Guanabara), Magalhães Pinto (MG) e Ildo Meneghetti (RS); proprietários de jornais

²¹ BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart*, p. 164.

²² *Ibid.*, p. 175.

²³ COUTO, Ronaldo Costa. *Op. cit.*, p. 52.

²⁴ BASBAUM, Leôncio. *Op. cit.*, p. 147.

influentes como *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo* e *O Correio da Manhã*; congressistas; empresários; pessoas da cúpula da Igreja e vários outros.²⁵

Diversas instituições ligadas aos golpistas foram criadas nessa época. A mais importante delas foi o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), formado por empresários, advogados, tecnocratas e oficiais da reserva e da ativa das forças armadas. O mentor intelectual do Ipes²⁶ era o General da reserva Golbery do Couto e Silva, eterno golpista e mais tarde fundador do Serviço Nacional de Informações (SNI).²⁷

Do outro lado os principais grupos de apoio à política reformista de Goulart eram o PTB, os militares nacionalistas, os líderes sindicais urbanos e rurais, alguns governadores nacionalistas e reformistas e os partidos de esquerda. No entanto, como analisa IGLESIAS:

*A esquerda era mais frágil e estava desunida. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), obediente à linha política de Moscou, era claramente reformista e pregava o apoio à burguesia nacional na luta contra o latifúndio e o imperialismo. Luís Carlos Prestes gabava-se de o PCB já estar no poder e pregava moderação a seus aliados. Sua dissidência, o Partido Comunista do Brasil (PC do B), orientava-se por diretrizes políticas chinesas e pedia medidas mais radicais, porém o número de militantes e sua influência eram quase nulos.*²⁸

Os demais partidos e grupos de esquerda, em número de militantes e ardor revolucionário, estavam na chamada Juventude Católica (JC)²⁹ e na UNE, que não aceitavam a disciplina rígida e dogmática dos partidos comunistas. Eram jovens militantes que incitavam o governo Goulart a tomar medidas radicais.

O deputado Leonel Brizola, cunhado de João Goulart, da ala esquerda do PTB e que nutria ambições presidenciais, havia organizado o chamado Grupo dos Onze, que, sob seu comando, deveria atuar em todo o Brasil para impedir o golpe. Exigiam a eleição de

²⁵ COUTO, Ronaldo Costa. *Op. cit.*, p. 171.

²⁶ O Ipes publicava estatísticas diferentes das do governo e preparava planos de um futuro governo golpista. Sua posição política estava à direita da maioria do Congresso brasileiro que já era conservador.

²⁷ DREIFUSS, René Armando. *1964*, p. 231.

²⁸ IGLESIAS, Francisco. *Trajatória política do Brasil*, p. 92.

²⁹ A JC, uma dissidência de esquerda da antiga Juventude da Universidade Católica (JVC), foi responsável pela organização de grupos de mobilização de forças populares, principalmente dentre estudantes e os trabalhadores urbanos. Nas zonas rurais, ela fez esforços no sentido da organização dos camponeses.

uma Constituinte para a elaboração de nova Constituição que favorecesse a realização das reformas. Ou então, que estas fossem feitas independentemente da decisão do Congresso. Outros grupos, assumindo posições revolucionárias, achavam que tais transformações só seriam possíveis sob a liderança de operários e camponeses.³⁰

No início de 1964, a crise dominava o próprio Estado populista. O governo não tinha o apoio da quase totalidade da burguesia, cujos investimentos diminuam abruptamente, levando a economia quase a estagnação em 1963.³¹ E seus integrantes divergiam quanto aos rumos – radicais ou moderados – a tomar. A realização, no dia treze de março, de um grande comício em frente à Estação da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, para o lançamento do programa de reformas, parecia marcar a ascensão das forças mais radicais.

Na presença de 300 mil trabalhadores, estudantes e grupos de esquerda, (e no mesmo palanque usado por Getúlio para seus comícios), o presidente Goulart, ao lado de autoridades militares e civis do Governo, decretava a nacionalização das refinarias particulares de petróleo e desapropriava propriedades à margem das ferrovias, rodovias e em zonas de irrigação dos açudes públicos.³²

O Governo se antecipou à deliberação do Congresso Nacional, que retardava a sua decisão sobre a reforma agrária. Provocava, assim, a reação das classes proprietárias, atemorizadas com a ascensão popular, e dos setores conservadores da classe média, prejudicados pela inflação e aterrorizados pela suposta ameaça de “cubanização”³³ do país, como afirmava a grande imprensa. Seis dias depois, cerca de 400 mil pessoas participavam em São Paulo da “Marcha da Família com Deus e Pela Liberdade”, organizada pelos setores conservadores da Igreja e do empresariado.

A eclosão do movimento da classe média conservadora vinha somar-se às conspirações tramadas por grupos de oficiais das Forças Armadas, conferindo-lhes apoio

³⁰ BASBAUM, Leôncio. Op. cit., p. 162.

³¹ BANDEIRA, Moniz. Op. cit., p. 180.

³² SKIDORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*, p. 331.

³³ O mundo todo, sobretudo as nações que ainda não haviam atingido um estágio de desenvolvimento que lhes garantisse certa independência, foi disputado pelas duas grandes potências que procuravam ampliar suas respectivas áreas de influência. Essa disputa se configurou na forma da chamada Guerra Fria, que, na década de 50, polarizou todos os povos entre o conflito político-ideológico que separava Estados Unidos e União Soviética. Nessa época, ocorreram muitos conflitos localizados, restritos a determinadas áreas, mas na verdade, opunham as duas grandes potências uma contra a outra. Foi o caso da Guerra da Coreia e o caso de Cuba.

político e social. Para SKIDMORE, outro fato importante para o êxito do movimento conspiratório foi:

*uma sublevação de marinheiros, na última semana de março, resultando na quebra da hierarquia militar, precipitou a deflagração do golpe decisivo contra o Governo marcado para o início de abril. Revoltados com a prisão de um cabo que liderava um movimento de marinheiros por melhores condições de trabalho, grupos esquerdistas e sindicalistas pressionaram o Governo, levando-o a substituir o ministro da Marinha, almirante Mota, pelo almirante Paulo Rodrigues, que anistiou os marinheiros rebeldes.*³⁴

O fato alarmava a grande maioria dos oficiais das "Forças Armadas, principalmente os 'não politizados', que se colocavam assim contra o Governo".³⁵ No dia trinta de março, o Governador de Minas, Magalhães Pinto, que até o dia treze não tinha aderido inteiramente ao movimento conspiratório, divulgava um manifesto conclamando o povo "para a restauração da ordem constitucional comprometida nesta hora".³⁶ No dia seguinte, o General Mourão Filho, Comandante da IV Região Militar, com sede em Juiz de Fora, mobilizou as tropas de Minas e iniciou a marcha em direção ao Rio onde estava Goulart, forçando o Comandante do I Exército, General Âncora, a aderir. Mourão Filho tinha o apoio dos Comandantes do II e IV Exército e de diversos governadores, entre os quais o da Guanabara, Carlos Lacerda, que se entrincheirou no Palácio Guanabara, além de mandar prender vários líderes sindicais e operários. Ainda desta vez, os setores populares encontravam-se sem organização forte e sem condições de garantir as reformas.³⁷

Apesar dos inúmeros rumores que ocorriam sobre a preparação da conspiração, as forças nacionalistas e de esquerda foram surpreendidas. Sem esquema militar e divididos internamente, não esboçaram reação, à exceção de tentativas isoladas e românticas de dirigentes sindicais e estudantes no Rio e no Rio Grande do Sul. Na manhã de primeiro de abril, Goulart seguia para Brasília, partindo à noite para Porto Alegre onde recusou as propostas de resistência feitas por Leonel Brizola. Nesse mesmo dia, com o Presidente constitucional ainda no país, o Presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declarava

³⁴ SKIDMORE, Thomas. Op. cit., p. 345.

³⁵ Ibid., p. 346.

³⁶ Ibid., p. 347.

³⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*, p. 181.

vago o cargo, nomeando para ocupá-lo o Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli.

O governo dos Estados Unidos, que através de seu embaixador no Brasil, Lincoln Gordon, e da Agência Central de Informações (CIA), se informava sobre a conspiração (à qual prometera ajuda militar), foram os primeiros a reconhecerem a nova situação.³⁸ Os principais líderes reformistas deixaram o país – João Goulart e Brizola asilaram-se no Uruguai – ou refugiaram-se em embaixadas estrangeiras, enquanto centenas de outros eram presos em todo o país. O regime populista chegava ao fim, enfraquecido por suas próprias contradições, pelos erros cometidos e pelo fortalecimento da oposição civil e militar.

Como observou IANNI:

*a importância e a urgência de uma decisão se evidenciam, no quadro das condições existentes e das possibilidades abertas. (...) A crise econômica e a democracia populista 'latentes' assumem primazia sobre aquelas predominantes anteriormente. No primeiro instante, aparece o poder militar. Uma das bases de manobra, no entanto, é a classe média. Assim, mais uma vez a solução política da crise brasileira resulta da dependência estrutural.*³⁹

2.2 – O Movimento Estudantil na Conjuntura Política e Social do Brasil Pós-64

Os estudantes, organizados pela UNE, UBES e respectivas UEES⁴⁰, eram, antes de abril de 1964, um dos grupos que mais pressionaram o governo João Goulart, no sentido de fazê-lo avançar e mesmo radicalizar na realização das reformas sociais. Por isso, aos olhos dos militares que tomaram o poder, eles eram um dos setores mais identificados com a “esquerda”, “comunista”, “subversiva” e “desordeira”.

Uma das formas de desqualificar o movimento estudantil era chamá-lo de baderna, como se seus agentes não passassem de jovens irresponsáveis e isso servia como justificativa para a intensa perseguição que se estabeleceu. Como destacou POERNER:

Os estudantes passaram, automaticamente, à condição de elementos de alta periculosidade para a segurança nacional, aos olhos

³⁸ Contrariando a norma de só se reconhecerem governos constitucionais. O interesse norte-americano pela situação brasileira era patente, apesar da irregularidade da situação.

³⁹ IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*, p. 152.

⁴⁰ UNE (União Nacional dos Estudantes), UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) e UEES (União Estadual dos Estudantes Secundaristas).

'eternamente vigilantes' das novas autoridades. Ser estudante equivalia a ser subversivo.⁴¹

No entanto, a participação dos estudantes não se limitou somente no campo político do governo Goulart. É importante assinalar o papel desempenhado pelo grupo que foi dissolvido por força do movimento político-militar de 1964: o Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC da UNE). Neste Centro, existiam grupos de teatros e movimentos de arte, cujo objetivo principal era promover o desenvolvimento da consciência crítica das camadas populares. Para HOLLANDA:



Esse grupo representou uma síntese da ideologia populista na área cultural e sua influência estendeu-se até depois da mudança do regime, tanto na música popular (a canção de protesto) como no cinema e na literatura. Na impossibilidade de modificar a realidade através da ação política, essa ideologia acabaria por tomar como um de seus caminhos aquele que foi, depois, chamado ironicamente de 'esquerda festiva'.⁴²

Em novembro de 1964, o governo Castelo Branco fez aprovar uma lei que ficou conhecida como lei "Suplicy de Lacerda"⁴³, nome do Ministro da Educação que reorganizava as entidades estudantis, proibindo-as de desenvolverem atividades políticas.

Os estudantes reagiram negando-se a participarem das novas entidades oficiais e realizando manifestações públicas que se tornaram cada vez mais freqüentes e concorridas. Ao mesmo tempo, o movimento estudantil procurou assegurar a existência das suas entidades legítimas, agora na clandestinidade.

O fato é que o ano de 1964 foi marcado por uma grande repressão contra o Movimento Estudantil, o fechamento de entidades, com invasão das principais, e prisão de quase toda a liderança mais ativa dos estudantes. (...) A promulgação da famigerada Lei Suplicy, de autoria do Ministro da Educação do mesmo nome e triste

⁴¹ POERNER, Artur José. *O Poder Jovem*, p. 218.

⁴² HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Cultura e participação nos anos 60*, p. 71.

⁴³ A Lei Suplicy de Lacerda, institucionalizada com a Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, visou, especialmente, à extinção do movimento estudantil brasileiro. A Lei procurou destruir a autonomia e a representatividade do movimento, deformando as entidades estudantis, em todos os escalões, ao transformá-las em meros apêndices do Ministério da Educação, dele dependentes em verbas e orientação. Pelo documento, a UNE era substituída pelo Diretório Nacional de Estudantes e as Uniões Estaduais pelos Diretórios Estaduais de Estudantes Secundaristas (DEES). Impedia-se, além disso, através de restrições, as mais variadas, o livre curso do diálogo entre os Diretórios Acadêmicos e os alunos.

*memória. Por ironia, esta lei acabou sendo um motivo de luta que propiciou o início da reorganização dos estudantes.*⁴⁴

Reunido à duras penas em julho de 1965, em São Paulo, o XXVII Congresso da UNE resolvia decretar o total boicote à Lei Suplicy de Lacerda, como noticiava o Jornal do Brasil, citado por MENDES JUNIOR:

*Durante seis dias, estudantes de treze Estados e do Distrito Federal reuniram-se num congresso que, como decisão mais importante, determinou o boicote à Lei Suplicy de Lacerda, transformando o dia 16 de agosto no Dia Nacional de Repúdio à Política do Ministro da Educação. Nas próximas eleições dos grêmios estudantis, os alunos, para cumprir essa decisão, devem abster-se de votar, arriscando-se a perder o ano.*⁴⁵

1966 foi o ano das passeatas estudantis. Agora, não só a Lei Suplicy, já derrotada na prática, mas também os famigerados “Acordos MEC-USAID”⁴⁶, que visavam a uma formulação da Universidade brasileira de acordo com padrões norte-americanos, gerando uma série de acordos, que deveriam orientar a política educacional. As manifestações estudantis foram os mais expressivos meios de denúncia e reação a subordinação brasileira aos objetivos e diretrizes do capitalismo norte-americano.⁴⁷

A precariedade do sistema educacional brasileiro, tanto qualitativo como quantitativo (números de vaga) era o objetivo da reação estudantil.⁴⁸

As passeatas de 1966 “tiveram uma repercussão enorme em todo o país e no exterior”.⁴⁹ Em São Paulo, por exemplo, por várias vezes a polícia declarou que as passeatas não sairiam, que o esquema de repressão estava perfeitamente montado, que os estudantes não conseguiriam “nem se reunir”. Todavia as passeatas saíram, deixando os policiais aflitos: utilizando-se a tática de se mover no sentido contrário ao do congestionamento do trânsito do centro da cidade, os estudantes impediam a aproximação de contingentes da polícia, da cavalaria e dos “brucutus” – carros que lançavam jatos de

⁴⁴ MENDES JUNIOR, Antônio. *Movimento estudantil no Brasil*, p. 76.

⁴⁵ MENDES JUNIOR, Antônio. *Op. cit.*, p. 77.

⁴⁶ A USAID é uma agência que destinava verbas e auxílios técnicos para projetos de desenvolvimento, desde que estes obedecessem a princípios e políticas educacionais por ela estabelecidos.

⁴⁷ POERNER, Artur José. *Op. cit.*, p. 238.

⁴⁸ Havia a questão dos chamados excedentes, alunos aprovados no Vestibular, que era seletivo e não classificatório, mas para os quais não existiam vagas nas Universidades.

⁴⁹ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*, p. 152.

água e areia sobre os manifestantes – “e percorriam inúmeras ruas levando sua mensagem à população e sendo aplaudidos do alto dos edifícios”.⁵⁰

Em fins de 1966 os líderes do movimento começaram a enfrentar maiores dificuldades. Uma combinação de desunião (as batalhas ideológicas entre PCB, maoístas, trotskistas facções independentes não paravam) e a pressão policial obrigou-os a operar na clandestinidade. A atmosfera repressiva nas Universidades continuou a radicalizar muitos dos estudantes mais politizados, especialmente nas áreas de ciências sociais e humanidades. Contudo, quando Costa e Silva assumiu o governo em 1967, o radicalismo estudantil parecia controlado, incapaz de mobilizar-se em escala nacional, como acontecera em 1965 e 1966.⁵¹

2.3 – 1968: A Radicalização e o AI-5

No início de 1968 a cena mudou. Uma série de protestos irrompeu no Rio de Janeiro em março. A ação política dos estudantes – completamente dominada pela esquerda – dirigia-se contra o aumento das taxas universitárias, as salas de aula inadequadas e os cortes no orçamento do governo para a educação.⁵² No centro da cidade, perto da Universidade Federal, havia outra queixa: um restaurante (Calabouço) onde os estudantes estavam exigindo melhor comida e término da construção do prédio.

Em vinte e oito de março, houve uma manifestação no local e a polícia militar chegou a agir com energia. Desse modo, bastava que houvesse um estopim para que o Movimento Estudantil passasse da radicalização das palavras à radicalização dos atos. E existiram estopins; não um, mas dois.⁵³

O primeiro foi a morte de Edson Luís de Lima Souto, covardemente assassinado pela polícia quando jantava no restaurante estudantil Calabouço, no Rio de Janeiro, sob o argumento de que estavam lá para “prender um estudante que estava organizando uma passeata”.⁵⁴ Os policiais entraram atirando, atingindo uma das balas a Edson. Era o dia vinte e oito de março de 1968, este mudaria os rumos do movimento estudantil:

Agora os ativistas tinham um mártir, uma morte que podia mobilizar o sentimento antigoverno. Os colegas de Edson conduziram seu corpo para a assembléia estadual, onde montaram

⁵⁰ POERNER, Artur José. Op. cit., p. 238.

⁵¹ GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação do país*, p. 151.

⁵² *Ibid.*, p. 154.

⁵³ MENDES JÚNIOR, Antônio. Op. cit., p. 81.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 82.

*uma vigília. Um experiente advogado opositor advertiu a se certificarem de que o corpo não 'desapareceria', como acontecera a outras vítimas da violência policial desde 1964. O funeral, no dia seguinte, transformou-se numa gigantesca marcha pelo centro da cidade. No dia 4 de abril foi celebrada missa pela alma de Edson, ao meio dia, na Igreja da Candelária (...) Compareceram milhares, inclusive empregados de escritórios que aproveitaram a hora do almoço para expressar sua tristeza e seus sentimentos contra o governo.*⁵⁵

Marchas de solidariedade foram realizadas em outras cidades, inclusive Salvador e Porto Alegre. Em todas as manifestações *"ouviram o solene juramento prestado por milhares de jovens: neste luto, começou a luta!"*⁵⁶

O segundo estopim foi o desencadeamento na Europa (na França, principalmente) da rebelião estudantil, que chegou a abalar alicerces governamentais. Aqui no Brasil, as notícias chegavam, e aliados a elas, o clima de repressão violenta instaurada após a morte de Edson e a vontade de lutar contra a ditadura, levaram os estudantes a ação. Depoimento de um ex-dirigente a UNE é descrito POERNER:

*queríamos reformular a ultrapassada Universidade; queríamos concretizar a aliança com operários e camponeses; queríamos até (não é mentira) derrubar o governo. E escolhemos as nossas trincheiras: as faculdades.*⁵⁷

Em outubro do mesmo ano, a UNE (na ilegalidade) convocou um congresso para a pequena cidade de Ibiúna, no interior de São Paulo. A polícia descobriu a reunião, invadiu o local e prendeu os estudantes, em uma operação cuja violência e falta de respeito pelos direitos dos cidadãos chocou completamente a opinião pública.⁵⁸

As lutas estudantis contavam com o apoio e colaboração de artistas e intelectuais (principalmente professores) que participavam sempre das manifestações públicas por eles convocadas.

⁵⁵ SKIDMORE, Thomas. Op. cit., p. 153.

⁵⁶ POERNER, Artur José. Op. cit., p. 294.

⁵⁷ Ibid., p. 296.

⁵⁸ SANFELICE, José Luis. *Movimento Estudantil*, p. 218.

O ápice desse tipo de manifestação popular “foi a célebre passeata dos 100 mil, realizada no Rio de Janeiro, no final de junho”.⁵⁹ Em julho, o governo proibiu toda e qualquer manifestação pública de protesto.

A repressão ao movimento estudantil não se restringiu à ação do governo. Como observa VENTURA:

*Grupos paramilitares, organizados por setores de direita, como o CCC (Comando de Caça aos Comunistas) e o MAC (Movimento Anticomunista) agiam paralelamente, fazendo largo uso da violência física. Sedes de entidades e diversos locais de reuniões eram invadidos e depredados; os estudantes, espancados e agredidos moralmente. (...) A polícia, mesmo quando solicitada, nada fazia contra esses agitadores, ao contrário do que ocorria quando das manifestações de esquerda.*⁶⁰

Desalojados, os estudantes não pararam a luta. E mais, surgia agora a possibilidade de “concretizar a tão sonhada aliança com os operários”.⁶¹ Em Osasco e Contagem, os trabalhadores, cansados da política de violento “arrocho” salarial do governo, não só haviam entrado em greve, como também ocupado várias fábricas. Para Osasco, foram deslocados contingentes de estudantes a fim de “entrar em contato com líderes grevistas”.⁶²

Porém, isso era mais do que o governo podia suportar. Já havia fortes pressões da “linha dura” (os governos militares, criaram, em menor ou maior grau, um Estado policalesco, que suprimiu as liberdades individuais e as oposições políticas, ou quando muito, essas foram mantidas sob severa vigilância) para que o regime se fechasse ainda mais. Era possível, dentro das circunstâncias, absorver a rebelião estudantil; mas que esta se juntasse à rebelião operária, seria a gota d’água para a extrema direita.

Utilizando-se do pretexto de um discurso pronunciado pelo então Deputado Federal Márcio Moreira Alves, o Presidente Costa e Silva fechou o Congresso Nacional e decreto o famigerado Ato Institucional nº 5.⁶³

⁵⁹ VENTURA, Zuenir. *1968 o ano que não terminou*, p.52.

⁶⁰ SANFELICE, José Luís. *Movimento Estudantil*, p. 218.

⁶¹ MENDES JÚNIOR, Antônio. *Op. cit.*, p. 83.

⁶² *Ibid.*, p. 84.

⁶³ O AI-5, ao qual se seguiu o fechamento do Congresso, teve como pretexto o fato do Congresso não ter permitido a punição do Deputado Márcio Moreira Alves, que havia feito um discurso na Câmara propondo o boicote às comemorações do 7 de setembro.

2.4 – A Decretação do AI-5 em 1968 e o Início da Luta Armada

Depois do AI-5⁶⁴, houve uma mudança qualitativa na luta entre os setores de esquerda e a ação da ditadura. Por força do novo dispositivo legal, todas as manifestações políticas contrárias ao regime passaram a ser proibidas. Desse modo, qualquer reação passou a ser considerada ilegal e submetida aos rigores de uma legislação extremamente autoritária. Registrou-se, assim, um recuo das manifestações populares; o povo atemorizou-se diante do Estado policial todo-poderoso.

Além disso, outras formas de controle foram desenvolvidas: a censura prévia às obras artístico-culturais resultou na proibição de veiculação de notícias, músicas, peças de teatro, novelas, shows, etc. Para completar o controle político-ideológico, instaurou-se a doutrinação em massa, via propaganda, que insistia, à exaustão, em divulgar palavras de ordem do tipo: “Brasil, ame-o ou deixe-o”; “Ninguém segura esse país”. Nas escolas, a doutrinação foi instrumentalizada pelo decreto 869/69, “*que tornou obrigatório o ensino de Educação Moral e Cívica em todos os níveis, além de criar as Comissões de Moral e Civismo e os Centros Cívicos no lugar dos antigos grêmios estudantis*”⁶⁵, tradicionais núcleos de formação de militância.

Aquilo que se chamava de “ditadura”, antes da decretação do AI-5, nada era comparado ao que ocorreu depois disso. A vida política da Nação – para não falar apenas dos estudantes – foi completamente sufocada. Pouco espaço restava para o exercício da ação política legal e aberta, para o chamado “trabalho de massa” (conscientizar os camponeses e operários).

O movimento Estudantil havia sido completamente desbaratado, pouco antes da edição do Ato Institucional nº 5, durante a tentativa de realizar em outubro de 1968, o XXX Congresso da UNE. Os erros cometidos foram certamente responsáveis pelo seu fracasso:

havia-se deliberado realizar o Congresso clandestinamente, mas os delegados seriam escolhidos abertamente, em eleições ou

⁶⁴ O Ato Institucional Nº 5 – 13/12/68 – manteve a Constituição de 24/01/1967 e as Constituições Estaduais, mas deu amplos poderes ao Executivo, que poderia determinar o recesso parlamentar, dispunha sobre intervenção federal; suspendia direitos políticos, garantias constitucionais; possibilitava confisco de bens e suspendia a garantia do *habeas corpus*. Com a edição do AI-5, o Congresso foi fechado por tempo indeterminado e, usando o poder de legislar desta forma o Executivo tinha assegurado, este, através dos Ministros Militares, promulgou uma emenda constitucional a 17/10/1969 que deu nova forma à Constituição de 1967 e que, com duas emendas feitas em 1972, vigorou até 1988.

⁶⁵ GERMANO, Wellington. Op. cit., p. 201.

*assembléias realizadas nas faculdades (...) De posse dos nomes dos representantes, bastava a repressão vigiar alguns deles para saber onde seriam desenvolvidas os trabalhos do Congresso.*⁶⁶

Dentro das circunstâncias, aos estudantes que desejavam continuar sua atuação política não restou, senão, um caminho: a luta armada contra o regime.⁶⁷

*E partiram para uma guerra adulta, única forma de participação política que o regime militar lhes deixara. E único caminho que eles acreditavam poder conduzi-los à libertação do seu povo.*⁶⁸

Para as organizações da esquerda clandestina, a opção pela guerrilha urbana ou rural já vinha se estruturando há algum tempo: enquanto a ala ortodoxa do Partido Comunista Brasileiro continuava defendendo a “ação política de massa” como o caminho para combater a ditadura, muitos de seus dirigentes decidiam partir para o caminho das armas, “*tachando a política do PCB de ‘revisionista’ e ‘contra-revolucionária (doutrina que propunha a revisão da teoria do partido e os que eram contra a revolução)’*”.⁶⁹ Carlos Marighela, antigo membro do Comitê Central do PCB, saiu para fundar a Aliança Libertadora Nacional (ALN); Mário Alves e Apolônio de Carvalho, também membros daquele Comitê, formaram o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR); outras lideranças, inclusive algumas do próprio Movimento Estudantil, fundaram a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Todas essas organizações atraíram – em maior ou menor grau – os quadros do Movimento Estudantil, “*que abandonaram seus estudos, empregos, famílias, ingressando numa dura vida clandestina, da qual conseguiram sair presos ou mortos*”.⁷⁰ Eram, os melhores, mais corajosos, mais idealistas filhos que esse país já teve, “*e fizeram parte de uma geração marcada para sempre*”.⁷¹

Os resultados da luta armada foram os mais desastrosos possíveis:

obrigados a sustentar a clandestinidade de seus membros, nos chamados ‘aparelhos’, e forçados a realizar constantemente ações armadas para se manterem ‘vivas’, as organizações guerrilheiras entraram num círculo vicioso de assaltos a bancos, nos quais

⁶⁶ MENDES JÚNIOR, Antônio. Op. cit., p. 86.

⁶⁷ POERNER, Artur José. Op. cit., p. 299.

⁶⁸ Ibid., p. 301.

⁶⁹ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*, p. 91.

⁷⁰ POERNER, Artur José. Op. cit., p. 310.

⁷¹ VENTURA, Zuenir. Op. cit., p.32.

*poucos se distinguíam, aos olhos da opinião pública, de assaltantes comuns.*⁷²

No transcurso dos anos repressivos ficaram os corpos de muitos estudantes mortos à bala ou sob torturas pelos órgãos de repressão, nas capitais ou em áreas distantes como o Araguaia.

O governo do Presidente Garrastazu Médice marcou, dessa forma, um declínio das manifestações estudantis, que eram, assim, empurradas para a oposição clandestina. As mais singelas tentativas de retomar lutas reivindicatórias nas faculdades eram prontamente reprimidas. Desse torpor, o Movimento Estudantil só começaria a despertar depois de 1974, ocorrendo em 1976 as primeiras manifestações de rua que serviram para reanimar a participação estudantil rumo à reconstrução da UNE.

⁷² POENER, Artur José. Op. cit., p. 313.

3 – O FORTALECIMENTO DO MOVIMENTO ESTUDANTISL UNIVERSITÁRIO NO RIO GRANDE DO NORTE (1960 – 1964)

3.1 – Aspectos Conjunturais

A consolidação do Movimento Estudantil universitário no RN se dá nos cinco anos iniciais da década de 60, paralelamente à ascensão dos movimentos populares a nível nacional.

A primeira metade dessa década foi um período bastante crítico do país; momento de uma de suas piores crises política e econômica. Se o período anterior, governado por Juscelino Kubitschek, não conseguiu fazer o Brasil progredir “50 anos em 5” como se propusera em seu Programa de Metas⁷³, conseguiu multiplicar por cinco vezes o custo de vida no Brasil em cinco anos (1955 – 1960).

Ao receber o governo comprava-se um dólar por 50 cruzeiros. Ao final do seu mandato pagava-se por um dólar a quantia de 250 cruzeiros (...) A crise econômica, manifestou-se da seguinte forma: reduziu-se o índice de investimentos, diminuiu a entrada de capital externo, caiu a taxa de lucro e agravou-se a inflação.⁷⁴

A política de penetração do capital estrangeiro em condições privilegiadas posta em prática no governo de Kubitschek provocou, simultaneamente, a desvalorização internacional do cruzeiro, a queda do salário real e a crescente miséria das populações mais pobres.

A crise política do início dos anos 60 arrola dois motivos bastante fortes que contribuíram para sua intensificação. De um lado, a radicalização acentuada das posições dos partidos políticos de esquerda e direita, relativamente à orientação a ser dada aos assuntos econômicos e políticos nas relações externas e internas. Do outro, uma intensa politização das massas urbanas – classe média e proletária, destacando-se uma parcela de estudantes universitários. IANNI observa:

⁷³ Programa através do qual o governo se propunha a empreender as grandes realizações, necessárias para a efetivação do progresso nacional. O desenvolvimento preconizado no Programa de Metas assentava-se na aceleração da industrialização e na ampla utilização de capitais estrangeiros.

⁷⁴ BASBAUN, Leôncio. Op. cit., p. 223.

*Essa intensa politização deveu-se, em primeiro lugar, à crise originada com o golpe de Estado, frustrado, do Presidente Jânio Quadros, conhecido como renúncia intempestiva, em agosto de 1961; (...) em segundo lugar, devido às freqüentes campanhas de Reivindicação salarial, uma tentativa dos assalariados, e do proletariado em geral, de evitar o acelerado esvaziamento do poder aquisitivo salarial; (...) em terceiro lugar, à programação e aprofundamento dos debates em torno das reformas de base: agrária, tributária, universitária e outras.*⁷⁵

A organização e mobilização dos trabalhadores rurais (as Ligas Camponesas) e urbanos atemorizava a Igreja Católica que temia perder seu rebanho para os “comunistas”; despertava reações das classes dominantes brasileiras (latifundiários, banqueiros, comerciantes e industriais), que queriam assegurar, a todo custo, os seus privilégios e do próprio imperialismo norte-americano que, assustado com a revolução cubana, se mobilizou para evitar no Brasil uma repetição do que ocorrera no Caribe.⁷⁶

Nesse quadro conjuntural, justifica-se um maior empenho dos Estados Unidos no sentido de “ajudar” os dirigentes brasileiros a resolver os problemas nacionais. Daí Jânio Quadros ter obtido “sucessos” nas negociações com credores estrangeiros entre maio e junho de 1961:

*Os comunicados americanos que anunciaram os empréstimos enfatizavam que o futuro do Brasil era vital para o futuro do hemisfério e que a manutenção da democracia na América Latina dependia do sucesso do desenvolvimento econômico brasileiro.*⁷⁷

Em nome da “democracia”, os dirigentes dos Estados Unidos lançavam estratégias de ação diferentes para cada país, conforme a condução de sua política interna e externa. No caso do Brasil, o que mais lhe preocupava era a possibilidade de uma revolução no Nordeste brasileiro. Para preveni-la, o governo Kennedy concedeu, em 1962, um financiamento à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), dirigida por Celso Furtado.⁷⁸ Essas ajudas, na verdade, visavam, tão somente, a assegurar “os privilégios das empresas norte-americanas, efetuando uma verdadeira evasão de recursos brasileiros para os Estados Unidos.”⁷⁹

⁷⁵ IANNI, Octávio. Op. cit., p. 194-5.

⁷⁶ BADEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, p. 313

⁷⁷ SKIDMORE, Thomas. Op. cit., p. 241.

⁷⁸ BANDEIRA, Moniz. Op. cit., p. 424.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 425.

Além do foco de tensão social, concentrado no Nordeste, a renúncia do Presidente João Goulart, em outubro do mesmo ano, muito contribuiu para desestabilizar as relações entre o Brasil e os Estados Unidos. Havia uma suposta infiltração de comunistas no governo de Goulart, e, em 1962, Jango rompeu com a política de combate à inflação proposta no seu plano de governo e negociada com o governo norte-americano e o Fundo Monetário Internacional (FMI).⁸⁰

A este período de intensa agitação social correspondeu a um maior engajamento político dos estudantes nas lutas de caráter nacionalista e em favor das reformas de base. Entre as lutas desenvolvidas pela UNE pode-se citar a campanha vitoriosa pela demissão de Roberto Campos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE); a campanha contra a Lei de Diretrizes e Bases, que estimulava a privatização do ensino no país em todos os níveis, a luta pela Reforma Universitária consubstanciada nos Seminários da Bahia e do Paraná; a greve de um terço, que paralisou cerca de noventa por cento dos estudantes universitários de todo o país por um período de aproximadamente três meses, que tinha como reivindicação básica a participação de estudantes na proporção de um terço em todos órgãos colegiados de direção de faculdades e universidades brasileiras; a greve nacional de repúdio à tentativa de golpe por ocasião da renúncia de Jânio Quadros e participação decisiva dos estudantes na preparação e realização do comício de treze de março de 1964, ocasião em que José Serra, último presidente da UNE em regime de legalização, foi um dos oradores a ressaltar a necessidade das reformas.⁸¹

Também no Rio Grande do Norte, o Movimento Estudantil ganhou, no período de 1960 – 1964, uma maior consistência política e, a exemplo do que ocorria a nível nacional, processou-se um engajamento mais efetivo nas lutas políticas de caráter nacional e local. No dia 29 de janeiro de 1960 foi instalado, em sessão solene, um Comitê Estudantil Nacionalista pró-candidatura Lott-Jango para a Presidência, Aluizio Alves para governo do Estado e Djalma Maranhão para a Prefeitura de Natal. Refletindo a própria realidade política do país e do Estado, os estudantes norte-rio-grandenses polarizaram-se em torno dessas candidaturas e apoiavam a bandeira da luta contra o imperialismo.⁸²

Diferente do que ocorrera durante os cinco iniciais (1955 – 1959), a UEE manteve com a UNE estreita identificação de pensamento e de compromisso com a proposta nacionalista de esquerda (...) o

⁸⁰ Ibid., p. 427.

⁸¹ POERNER, Artur José. Op. cit., p. 332.

⁸² SILVA, Justina Iva de A. *Estudantes e políticas*, p. 63.



Movimento Estudantil local assumiu a co-direção de atividades e lutas na defesa das posições em que acreditavam. Os estudantes, enquanto categoria social, foram os únicos a organizar um Comitê Nacional específico, e suas lideranças integraram a diretoria estadual da Frente de Libertação Nacional, além de organizarem campanhas locais contra trustes internacionais.⁸³

3.2 – A Crise Estudantil e os Mecanismos de Contenção do Movimento Estudantil (1965–1970)

A partir de 1964, o governo passa a desenvolver a ideologia, conhecida como Doutrina de Segurança Nacional (DSN), com o objetivo de implementar as estratégias de guerra da Escola Superior de Guerra (ESG). Tais estratégias tiveram como público alvo os setores organizados da sociedade, e, neles, os Movimentos Sociais que desempenharam papel destacado no período que precedeu ao golpe. Não é por acaso que, tão logo ocorreu o golpe, a União Nacional dos Estudantes teve a sede incendiada, lideranças foram postas fora do país; outras para as prisões; entidades que fizeram oposição foram obrigadas a viver na clandestinidade.⁸⁴

A maioria dos mecanismos de desmobilização dos estudantes foram corporificados sob a forma de leis, decretos e atos institucionais oriundos do Executivo e aprovados pelo Legislativo. Todos eles trataram de implementar, sem demora, medidas “saneadoras” no Movimento Estudantil, à luz da DSN. A repressão aos estudantes foi institucionalizada a partir da Lei 4.464 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, a Lei substituiu a União Nacional dos Estudantes pelo Diretório Nacional dos Estudantes (DNE); os acordos MEC/USAID que deveriam orientar a política educacional brasileira, principalmente a privatização do ensino superior; e por fim o AI-5, decretado pelo Presidente Costa e Silva em treze de dezembro de 1968, foi o mais drástico de todos, posto que, além de dar plenos poderes ao Presidente da República para fechar o Congresso, suspendeu a garantia de *habeas corpus* nos casos de crimes políticos, deixando o indiciado ao livre arbítrio dos tribunais militares.

No Rio Grande do Norte, o refluxo do Movimento Estudantil não só se deu mais intensamente, como foi mais lenta a retomada das lutas estudantis em defesa da

⁸³ SILVA, Justina Iva de A. Op. cit., p. 101.

⁸⁴ SANFELICE, José Luis. Op. cit., p. 221.

democracia, da liberdade e dos direitos à educação. Apenas na gestão do DCE de 1966 – 1967, sob a direção do acadêmico de Medicina Jonhatan Miranda, os estudantes readquiriram sua dimensão coletiva e voltou às ruas em defesa dos interesses da classe e das liberdades democráticas.⁸⁵

Nessa gestão, deveria acontecer em Natal o I Seminário Universitário do Brasil, promovido pela DNE, com início previsto para o dia quatro de maio de 1967, na cidade do Natal. Deveriam participar, como membros ativos, as delegações dos Estados do Amazona, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Delegações de outros Estados das Regiões Sul e Sudeste poderiam participar como observadores.

Os universitários do RN se posicionaram veementemente contra o Seminário. Os Diretórios Acadêmicos (DAs) do Natal iniciaram na manhã do dia quatro de maio uma assembléia permanente de protesto contra a realização do Seminário e, simultaneamente, a sua instalação, lançaram manifesto denunciando a ilegitimidade do conclave pelo DNE, conforme seus dirigentes patrocinados pelo MEC.⁸⁶ Enquanto era divulgado, algumas lideranças universitárias do Natal contatavam com as delegações recém-chegadas de outros Estados. Em face das ponderações apresentadas pelos acadêmicos locais, oito das dez delegações decidiram pela solidariedade ao protesto, retornando ao seus Estados e contribuindo para o esvaziamento do Seminário. As intensas manifestações de repúdio conseguiram não só esvaziar, o Seminário, mas surtiram efeito mais duradouro com a dissolução da última diretoria do ex-DNE.

este acontecimento, de ampla repercussão nacional, marcou significativamente a história das lutas políticas dos estudantes universitários norte-rio-grandenses. Nessa luta, não se pode esquecer o grande apoio emprestado aos universitários, pelos estudantes secundaristas.⁸⁷

De todas as lutas empreendidas pelos estudantes potiguares pós-64, a crise do restaurante universitário em agosto de 1968, tornou-se o ápice do movimento⁸⁸. O restaurante visava a atender estudantes de nível superior ou de entidades integrantes da UFRN reconhecidamente pobres. Nas dependências do restaurante também funcionava a sede do DCE. Os conselheiros preocupados com o sossego dos residentes, proibiram

⁸⁵ SILVA, Justina Iva de A. Op. cit., p. 156.

⁸⁶ Ibid., p. 160.

⁸⁷ Ibid., p. 162.

⁸⁸ Ibid., p. 183.

reuniões de caráter político ou ideológico, que não foi acatado pelas lideranças do DCE, mantendo firme sua vontade de continuar realizando reuniões e assembléias no prédio. A resposta do Reitor foi o fechamento do prédio e a suspensão do fornecimento de refeições a partir da manhã seguinte. Os estudantes entraram em greve e para assegurar as refeições, desenvolveram várias formas de coleta de gêneros alimentícios e recursos financeiros junto à comunidade. Uma das mais significativas das manifestações de apoio partiu da Igreja de Natal, que se solidarizou com a luta que vinham enfrentando os estudantes.

A crise do restaurante só terminou por força de decisão judicial favorável à Universidade, determinando sua reintegração de posse no dia dezessete de setembro. Após o jantar, o Presidente do DCE, num ato de protesto, entregou mais de cem “títulos honoríficos” de cozinheiros aos estudantes que durante os dezoito dias de crise prepararam as refeições. A respeito da decisão judicial, Ivaldo Caetano, Presidente do DCE, citado por SILVA, declarou:

A luta continuará, sob novas formas. Na realidade vamos aceitar as propostas que são favoráveis aos estudantes, porque elas representam uma vitória de nossas reivindicações. Nós sabemos que não se pode ganhar tudo de uma só vez, mas por etapas. Achamos que esta é a luta estudantil mais importante já travada em Natal do ponto de vista a longo prazo. Esta criou tradição dando exemplo aos estudantes de todo o Brasil, de onde recebemos várias mensagens de solidariedade.⁸⁹

Se a crise do restaurante não garantiu aos estudantes a conquista de todas as suas reivindicações, representou ganhos políticos de grande alcance. Constituiu-se numa oportunidade de colocar para além dos muros das Universidades a discussão de seus dirigentes e muito contribuiu para a politização de amplos setores estudantis, representando a mais expressiva força de resistência local à Ditadura Militar, através da realização de passeatas, pedágios e concentração em vias públicas. Em todas as principais lutas os estudantes conseguiram sensibilizar setores significativos da população, envolvendo-se e obtendo destes, na maioria das vezes, apoio às suas causas.

Com o advento do AI-5 em 68, que representou enorme retrocesso político na história do Brasil e um duro golpe para o pouco de liberdade que ainda restava ocorrendo um sensível endurecimento do regime militar, conduzindo, assim, os jovens ao silêncio e depois ao engajamento no processo de luta armada, desencadeando no Brasil – fenômeno

⁸⁹ SILVA, Justina Iva de A. Op. cit., p. 182.

grave para todos os brasileiros, quaisquer que sejam as suas posições políticas, por haver representado o trágico sacrifício de uma geração heróica e idealista – talvez a melhor e a mais completa das gerações com que o país contou em toda a sua História de quase meio milênio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Argumenta-se, muitas vezes, que o caráter transitório da condição de estudante – a passagem pelos bancos acadêmicos seriam uma etapa relativamente rápida, evoluindo para uma integração real na vida profissional – faria com que o Movimento Estudantil apresentasse uma certa “fluidez”, que o tornaria incapaz de organizar e levar adiante uma ação política de longo prazo. Fala-se ainda num “conflito de gerações”, que faria com que as lideranças estudantis tivessem, enquanto tal, uma “vida curta”, na medida em que fossem se tornando mais velhas. Lembra-se também do “ardor juvenil” e da “sede de justiça da juventude” que tenderiam a desaparecer naturalmente a partir do momento em que os jovens líderes começassem a atingir a idade adulta.

Ocorre, entretanto, que em muitos momentos da vida nacional os estudantes se converteram em verdadeiros contestadores de uma sociedade amordaçada, reprimida e oprimida, atuando no sentido de desencadear movimentos de caráter mais amplos e que desembocaram em sérias transformações do País. Um exemplo claro, os protestos contra a ditadura, nos anos de 1964 a 1968, sendo decisiva a participação dos estudantes, enquanto ativos componentes do movimento político.

O que permitiu aos estudantes desempenhar este papel foi justamente aquilo que é por muitos apontados como a “falha” do Movimento Estudantil. Em outras palavras, é a situação de transitoriedade, de compromisso relativo com o processo de produção, de ausência de responsabilidade – em grande parte – para sustento de uma família que faz do estudante um ator político de maior mobilidade, de maior “agilidade”, se quiserem atuar, quando outros seguimentos da sociedade, pelos mais variados motivos, estão impedidos de fazê-lo.

Propusemo-nos a estudar o Movimento Estudantil, na fase da atuação clandestina, período curto de apenas três ou quatro anos, mas de intensidade e de uma densidade de acontecimentos muito dignas de apreciação. Inicia-se com a adoção do AI-5 pelas autoridades militares, que mergulhou o País no mais negro período de repressão de que se tem notícias na nossa História. A impossibilidade prática de uma atuação legal e aberta impeliu os estudantes para os movimentos armados de guerrilha urbana, que então começavam a se organizar. O resultado foi o total desbaratamento das guerrilhas, acompanhado de violentíssima repressão, em que perderam a vida dezenas dos melhores quadros que o movimento estudantil já tivera gerado.

Consideramos que o Movimento Estudantil de 1968 não foi nem imaturo, nem precipitado. Ele fez o que tinha de fazer na conjuntura nacional em que ocorreu os fatos. Os estudantes se organizaram a partir de suas reivindicações concretas. A classe média, aos poucos, os acompanhou. A esperança do Movimento era de que a classe operária pudesse despertar e engrossar suas fileiras. Não se concebia, na verdade até que ponto a repressão esmagaria essa possibilidade, tornando-a inviável. Nesta medida, o Movimento esgotou-se, e a luta armada, carente de apoio logístico por parte do povo, marchou para o holocausto.

BIBLIOGRAFIA

- ALENCAR, Chico; CARPI, Lúcia; RIBEIRO, Marcus V. **História da Sociedade Brasileira**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1994.
- BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil – 1961 – 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- _____. **Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de História)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BASBAUM, Leôncio. **História sincera da república**. São Paulo: Alfa Omega, 1986. v. 4
- BRANDÃO, Antônio Carlos. **Movimentos culturais da juventude**. São Paulo: Moderna, 1990.
- COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil (1964 – 1985)**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil: 1964 a 1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1998.
- HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX (1914 – 1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- HOLLANDA, Heloísa B. de. **Cultura e participação nos anos 60**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- IGLESIAS, Francisco. **Trajetória política do Brasil: 1500 – 1964**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- MARCUSE, Herbert. **Ideologia da sociedade industrial, Eros e civilização**. Paz e Terra, 1969.
- MATOS, Olga C. F. **Paris 1968: as barricadas do desejo**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- MENDES JUNIOR, Antônio. **Movimento estudantil no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- POERNER, Artur José. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SANFELICE, José Luís. **Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64.** São Paulo: Cortez, 1986.

SILVA, Justina Iva de A. **Estudantes e política: estudo de um movimento (RN 1960 -- 1969).** São Paulo: Cortez, 1989.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Brasil: de Getúlio a Castelo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

VENTURA, Zuenir. **1968 o ano que não terminou: aventura de uma geração.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.